

Pacote só quando a inflação baixar

por Ivanir José Bortol
de Brasília

A equipe econômica optou por adotar um conjunto de medidas destinadas a eliminar de vez todos os resquícios de indexação na economia somente depois que tiver certeza de que o pacote de ajuste fiscal, a ser enviado ao Congresso, será aprovado e garantirá as condições de equilíbrio permanente das contas públicas. Com esse equilíbrio, a inflação ficaria baixa e assim seria possível eliminar todos os indexadores do mercado financeiro, cambial, dos contratos e salários.

O ministro da Fazenda, Ciro Gomes, disse ontem que só adotará o pacote de desindexação depois que os preços estiverem estabilizados. Ele descartou a hipótese de essas medidas serem adotadas neste ano.

“É o caminho a ser seguido. Será um processo gradual. A desindexação tem que envolver todas as taxas do sistema financeiro, não apenas a Taxa Referencial (TR).”

(Continua na página 3)

Remanejar o excesso de arrecadação de algumas fontes do Orçamento Geral da União através de projetos de lei a serem enviados ao Congresso Nacional (conhecidos como “jumbão”) não será suficiente para equalizar as contas do governo federal deste ano, deixando um rombo de R\$ 4 bilhões. A estimativa é do titular da Secretaria de Orçamento Federal, Mauro Marcondes.

(Ver página 3)

ESTRATÉGIA

Pacote só quando ...

13 NOV 1994

por Ivanir José Bortol
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

disse o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Clóvis Carvalho à repórter Sandra Gomide. A maior dificuldade em iniciar esse processo de desindexação total, além de uma inflação baixa, é a eliminação do IPC-r nos salários.

A Constituição garante a correção monetária para o salário mínimo e os vencimentos dos aposentados da Previdência. “Se tirar o IPC-r, teremos que encontrar outro indexador. A não ser que a Constituição seja alterada”, disse uma fonte do Ministério do Trabalho. O que seria possível é acabar com a correção dos salários pelo IPC-r para quem ganha acima do salário mínimo.

O governo pensa em zerar o IPC-r para todas as categorias com data-base em dezembro. Até outubro a variação do IPC-r foi de 15,67%. Quem não recebeu reposição teria direito a esse percentual. Mesmo com a maior parte das categorias com data-base depois de janeiro, haveria um número muito grande de trabalhadores que teriam reajuste de salários. Esses trabalhadores passariam a ter um poder de compra maior e isso implicaria aumento na demanda por produtos, o que iria contra a estratégia do governo de segurar o consumo para evitar a aceleração da inflação.

Apesar de a equipe econômica já ter batido o martelo em torno dos principais instrumentos a serem utilizados para acabar com a indexação da economia, o fim da TR (Taxa Referencial), da Ufir (Unidade Fiscal de Referência) e do IPC-r será feito com cautela e no momento certo. “Não pretendemos extinguir nenhum dos índices até o final do ano”, disse Ciro Gomes.

A estratégia montada pelo governo implica acabar com indexadores em diversas operações do mercado financeiro, como leasing, e a permissão para uso de indexadores de preços para contratos com prazo superior a um ano. Esse objetivo do governo poderá ser alcançado caso a inflação fique em um patamar muito baixo. O diretor de política monetária do Banco Central, Alkimir Moura, não quis falar em patamar de inflação. “Quando a inflação atual estiver declinante, aí é possível adotar uma desindexação total”, disse ele.

O fim da correção monetária nos impostos depende desse patamar da inflação. Hoje, para quem paga os impostos em dia não há indexação à Ufir. Quem atrasa, paga com correção monetária. Essa regra está em vigor até dezembro. A partir de janeiro, o governo teria de manter ou eliminar de vez a Ufir. “Se a inflação ficar abaixo de 15% ao ano haverá perda de recursos suportável”, disse uma fonte da Fazenda.

A Receita Federal pode continuar arrendando os impostos em real, sem correção da Ufir. Quem atrasar o pagamento do tributo teria de pagar, em vez de correção monetária, uma taxa de juro de mercado pelos dias em que ficou com dinheiro da União.

A substituição da TR, também, vem sendo analisada com muito cuidado pelo governo. É que a TR serve hoje de indexador para todas as operações de empréstimos agrícolas e do sistema financeiro da habitação. O secretário especial de Política Econômica, Winston Fritsh, disse ontem ao deputado Saulo Queiroz (PSDB-MS) que irá constituir um grupo de trabalho nesta quinta-feira para discutir o atual sistema de juros do crédito rural.

GAZETA MERCANTIL

GAZETA MERCANTIL

13 NOV 1994

13 NOV 1994